

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, s/nº Centro - Palmas - CEP 77015-007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>

**Projeto de Lei** 05-2022

*Altera o inciso II do art. 32 da Lei nº 3.408, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos no exercício das atividades notariais e registras, regulamenta o Fundo Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais (FUNCIVIL) e adota outras providências.*

O Governador do Estado do Tocantins,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso II do art. 32 da Lei nº 3.408, de 28 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32.....

.....

II - repasse de 100% (cem por cento) dos valores descritos na tabela de emolumentos prevista em lei, para compensação dos demais atos de registro civil de pessoas naturais praticados sob o pálio da gratuidade em favor de pessoas declaradamente pobres nos termos de lei federal;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2022,  
201º da Independência, 134º da República e 34º do Estado.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador João Rigo Guimarães, Presidente**, em 20/09/2022, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **4578535** e o código CRC **6F8B140C**.

Justificativa

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais Membros da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, tenho a honra de encaminhar o Projeto de Lei aprovado pelo Tribunal Pleno, durante a 14ª Sessão Ordinária Administrativa, ocorrida em 15 de setembro de 2022, que altera dispositivo da Lei Estadual nº 3.408, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos no exercício das atividades notariais e registras, regulamenta o Fundo Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais (FUNCIVIL) e adota outras providências (Lei de Emolumentos), a fim de adequar o repasse de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento) dos valores descritos na tabela de emolumentos prevista em lei, para compensação dos demais atos de registro civil de pessoas naturais praticados sob o pálio da gratuidade em favor de pessoas declaradamente pobres nos termos de lei federal.

A sugestão partiu da Associação de Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Tocantins – ARPEN/TO, Ofício nº 26/2022, de 25 de maio de 2022, Processo Administrativo SEI nº 20.0.000001149-6, no sentido da elaboração de projeto de lei a fim de se alterar o inciso II art. 32 da Lei nº 3.408, de 2018, sob a justificativa de adequar à Lei Estadual nº 3.408, de 28 de dezembro de 2018, às disposições estabelecidas pela Lei Federal nº 8935 de 18 de novembro de 1994, bem como ao Provimento Nº 86 de 29/08/2019, do CNJ.

A proposta foi analisada pela Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, vejamos (evento 4421210, SEI nº 20.0.000001149-6):

"Trata-se de pedido formulado pela Associação de Registradores de Pessoas Naturais do Tocantins - ARPEN-TO em que sugere a alteração da Lei nº 3.408/18 no que tange à complementação da receita mínima de 10 para 14 salários mínimos, bem como o aumento do percentual dos atos gratuitos, de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento), conforme evento 4358122.

Com base nos valores arrecadados pelo FUNCIVIL e os valores ressarcidos e complementados aos registradores nos últimos 12 (doze) meses, apresentamos no evento 4421219, planilha demonstrativa do impacto das sugestões formulada pela ARPEN-TO.

Diante dos cálculos, verifica-se a possibilidade de atendimento da proposta de alteração do inciso II, art. 32, referente a elevação do percentual do repasse para 100%.

Quanto a alteração da complementação da receita bruta mínima mensal, atualmente, equivalente a 10 para 14 salários mínimos, observou-se ser inviável, tendo vista que os valores a serem repassados excederiam os recursos arrecadados.

Sendo assim, volvo os autos à ASJECGJUS, para conhecimento."

A manifestação veio acompanhada da planilha de impacto (evento 4421219, SEI nº 20.0.000001149-6), vejamos:

MÊS/ANO	VALOR ARRECADADO	REPASSE 100% FUNCIVIL	TOTAL A SER DISTRIBUÍDO	RESSARCIMENTO	IMPACTO DA ELEVÇÃO DE 50% PARA 100%			IMPACTO DE 10 SALÁRIOS P/ 14 SALÁRIOS			IMPACTO DAS DUAS PROPOSTAS	
					IMPACTO 50%	TOTAL	DÉFICIT OU SUPERÁVIT	IMPACTO DE 10 SALÁRIOS P/ 14 SALÁRIOS	TOTAL	DÉFICIT OU SUPERÁVIT	TOTAL GERAL	DÉFICIT OU SUPERÁVIT
			(A)	(B)	(C)	D = (B+C)	(A-D)	(E)	F = (B + E)	(A - F)	G = (B + C + E)	(A - G)
jun/21	1.560.502,55	156.050,26	1.404.452,30	1.078.432,77	354.359,09	1.758.792,46	171.659,84	610.804,86	1.489.327,63	(84.875,34)	1.643.687,33	(239.235,03)
jul/21	1.690.242,61	169.024,26	1.521.218,35	1.038.226,56	336.796,99	1.758.023,55	246.194,80	400.993,78	1.439.320,34	(81.998,01)	1.576.017,33	(64.798,98)
ago/21	1.734.540,08	173.454,01	1.561.086,07	1.043.657,46	336.430,00	1.897.527,46	375.008,61	381.191,62	1.474.645,08	(136.236,99)	1.561.269,08	(2.183,01)
set/21	1.582.794,12	158.279,41	1.424.514,71	1.137.950,97	223.433,90	1.399.364,93	40.149,78	430.804,86	1.348.895,89	(124.219,19)	1.778.259,79	(345.745,00)
out/21	1.538.258,60	153.825,86	1.384.432,74	1.038.194,88	338.859,41	1.167.051,39	217.381,35	630.804,86	1.449.089,74	(64.657,00)	1.577.846,19	(193.612,41)
nov/21	1.534.605,50	153.460,55	1.372.144,95	1.042.524,46	372.580,19	1.215.104,65	157.040,30	386.142,16	1.428.666,52	(56.523,67)	1.601.246,81	(226.101,80)
dez/21	1.668.628,23	166.862,82	1.502.565,41	1.132.101,98	288.514,43	1.420.626,40	82.049,01	381.191,62	1.513.293,60	(10.628,19)	1.801.808,02	(299.142,61)
jan/22	1.281.932,04	128.193,20	1.153.738,84	1.219.348,85	363.645,19	1.382.994,04	(220.255,20)	458.875,95	1.678.224,80	(515.485,96)	1.841.869,99	(679.131,15)
fev/22	1.371.825,56	137.182,56	1.234.643,00	1.171.496,55	109.630,53	1.331.037,08	(96.394,08)	458.875,95	1.630.282,50	(395.639,49)	1.789.913,03	(555.270,02)
mar/22	1.640.000,89	164.000,09	1.476.000,79	1.135.061,76	390.983,82	1.386.044,58	89.955,11	421.086,16	1.616.147,92	(140.147,13)	1.807.139,74	(331.129,95)
abr/22	1.593.560,97	159.356,10	1.434.204,87	1.146.279,87	347.896,44	1.284.738,41	139.476,46	458.875,95	1.405.705,82	(171.501,04)	1.753.694,36	(319.369,40)
mai/22	1.976.539,30	197.653,93	1.778.885,37	1.167.791,67	216.588,56	1.384.340,53	394.544,84	399.460,00	1.567.783,47	(211.601,40)	1.783.832,53	(4.947,10)
					RESULTADO EM 12 MESES			RESULTADO EM 12 MESES			RESULTADO EM 12 MESES	
					1.725.812,02			1.133.916,57			(3.253.597,77)	

Conforme destacado pela Diretoria Financeira, verifica-se a possibilidade de atendimento da proposta de alteração do inciso II do art. 32 da Lei nº 3.408/2018 referente à elevação do percentual do repasse para 100%.

Portanto, os estudos empreendidos acerca do objeto proposto justificam a alteração do inciso II do art. 32 da Lei nº 3.408/2018 referente à elevação do percentual do repasse para 100%, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. ....

II. repasse de 100% (cem por cento) dos valores descritos na tabela de emolumentos prevista em lei, para compensação dos demais atos de registro civil de pessoas naturais praticados sob o pálio da gratuidade em favor de pessoas declaradamente pobres nos termos de lei federal;"

A iniciativa da proposição, na seara administrativa deste Poder Judiciário, é de competência da Corregedoria-Geral da Justiça, nos termos do art. 17, XIII, da Resolução nº 104/2018 (Regimento Interno do Tribunal de Justiça), razão pela qual foi elaborado o presente Projeto de Lei de alteração da Lei nº 3.408, de 2018, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos no exercício das atividades notariais e registras, e adota outras providências.

Estas são as razões para apresentação do presente Projeto de Lei, o qual submeto a essa Augusta Casa de Leis.



Documento assinado eletronicamente por Desembargador João Rigo Guimarães, Presidente, em 20/09/2022, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador 4578542 e o código CRC 77D068FC.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>  
Tribunal de Justiça

Extrato

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 20.0.000001149-6. -SEI.**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

REQUERENTE: **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.**

REQUERIDO: **TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.**

ASSUNTO: Minuta de Projeto de Lei que Altera o inciso II do art. 32 da Lei nº 3.408, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos no exercício das atividades notariais e registras, regulamenta o Fundo Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais (FUNCIVIL) e adota outras providências.

**CÂMARA**  
TRIBUNAL PLENO

EXTRATO DE ATA  
**NATUREZA**  
14ª SESSÃO ORDINARIA  
ADMINISTRATIVA

**DATA DA SESSÃO**  
15.09.2022

**DECISÃO PROFERIDA**

Sob a presidência do Desembargador **João Rigo Guimarães**-Presidente, DELIBERARAM os componentes do Colendo Pleno, por unanimidade, em APROVAR a **Minuta de Projeto de Lei que Altera o inciso II do art. 32 da Lei nº 3.408, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos no exercício das atividades notariais e registras, regulamenta o Fundo Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais (FUNCIVIL) e adota outras providências.**

Votaram os Desembargadores João Rigo Guimarães - Presidente, Marco Villas Boas, Jacqueline Adorno, Ângela Prudente, Helvécio Brito Maia Neto, Maysa Vendramini Rosal, Pedro Nelson de Miranda Coutinho, Adolfo Amaro Mendes e Ângela Haonat.

Ausência Justificada das Desembargadoras Eurípedes Lamounier e Etelvina Maria Sampaio Felipe.



Documento assinado eletronicamente por **Wagne Alves de Lima, Secretário do Tribunal Pleno**, em 16/09/2022, às 12:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **4571841** e o código CRC **63D034C0**.